



**REDE
PORTU
GUESA
DE MUNI
CÍPIOS
SAUDÁ
VEIS**



Relatório
outubro 2018

Enquadramento

O VII Fórum da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) teve lugar no dia 26 de outubro em Lagoa (Açores), no Nonagon - Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel. Cumpriu um conjunto de objetivos, entre os quais celebrar o aniversário desta associação de municípios, constituída a 10 de Outubro de 1997.

O Fórum da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis foi composto por uma sessão plenária subordinada ao tema central deste encontro **“Governança para a Saúde”** e por uma mesa redonda sobre **“Saúde em todas as Políticas”**.

Participaram neste evento cerca de 120 pessoas: representantes da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, de Escolas e Instituições locais, bem como pessoas individuais, assim como 35 municípios pertencentes à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (Almodôvar, Azambuja, Barreiro, Braga, Castro Marim, Coimbra, Cuba, Figueira da Foz, Gondomar, Lagoa-Açores, Lagoa-Algarve, Lisboa, Loulé, Loures, Miranda do Corvo, Monção, Monchique, Montijo, Odemira, Oeiras, Palmela, Ponta Delgada, Porto, Póvoa de Lanhoso, Ribeira Grande, Santo Tirso, Serpa, Seixal, Setúbal, Soure, Torres Vedras, Valongo, Viana do Castelo, Vidigueira, Vila Franca de Xira, Vila Real).

Foi proposto aos municípios membro a partilha de informação sobre os seus municípios e projetos no local do Fórum. Assim, estiveram expostos, no átrio do Nonagon, jornais, panfletos, publicações e outros materiais informativos de Castro Marim, Cuba, Figueira da Foz, Lagoa (Açores), Lagoa (Algarve), Loures, Odemira, Palmela, Santo Tirso, Seixal, Viana do Castelo, Vidigueira e Vila Franca de Xira.

Sessão de Abertura



A sessão de abertura contou com a participação (por vídeo) da Sr.^a Secretária de Estado da Saúde, Raquel Almeida Ferreira em representação da Sr.^a Ministra da Saúde Marta Temido, do Sr. Presidente do Conselho de Administração da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Joaquim Cardador dos Santos, da Sr.^a Presidente do Município de Lagoa, Cristina de Fátima da Silva Calisto e do Sr. Secretário do Governo Regional de Saúde, Rui Duarte Gonçalves Luís em representação do Presidente do Governo Regional do Açores.

A Sr.^a Secretária de Estado da Saúde Raquel Ferreira começou por dar as boas vindas, felicitando a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis pelos seus 21 anos. Refere que a criação desta Rede vem ao encontro dos objetivos de saúde para todos da OMS, da promoção da saúde, da prevenção da doença, da literacia e da educação, a nível local.

O conhecimento da realidade local, dos determinantes sociais e económicos pode permitir organizar ações dirigidas.

É claramente mais vantajoso e eficaz a criação de uma Rede uma vez que permite a partilha de informações, de estratégias, de ideias e a criação de projetos com muito maior abrangência.

Deseja que se partilhem ideias e informações e que esta reunião seja de facto proveitosa para todos.

O **Sr. Presidente do Conselho de Administração da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, Joaquim Cardador Santos**, começou por felicitar o Município de Lagoa-Açores, por acolher o VII Fórum, bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde dos Açores e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, felicitando-a pela forma extraordinária como possibilitou não só a realização do Fórum, como a Assembleia Intermunicipal da RPMS.

Cumprimentou todos os municípios representados, os Srs. Presidentes de Câmara, Vereadores e técnicos, bem como os Srs. moderadores, oradores, convidados e todos os participantes.

Referiu que é uma enorme satisfação, a RPMS ter a possibilidade de, uma vez mais, realizar o Fórum e a Assembleia Intermunicipal nos Açores, correspondendo a uma estratégia de alargamento e envolvimento de mais municípios na priorização das políticas locais de saúde, principalmente nas duas regiões autónomas. (Anexo 1)

A **Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Cristina Calisto**, começou por cumprimentar a Sr.^a Secretária de Estado Raquel de Almeida Ferreira, o Sr. Secretário Regional, da Saúde, Rui Duarte Luís, o Sr. Presidente, do Conselho de Administração da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, Joaquim Cardador dos Santos, bem como os restantes autarcas.

Agradeceu e congratulou-se pela RPMS ter escolhido o município de Lagoa-Açores para a realização deste Encontro, referindo que é uma enorme honra a mais nova cidade dos Açores receber o VII Fórum da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. (Anexo 2).

O **Sr. Secretário Regional da Saúde, Rui Duarte Silva**, começou por cumprimentar o Sr. Presidente do Conselho de Administração da RPMS, Joaquim Cardador dos Santos bem como a Presidente do Município de Lagoa-Açores, Cristina Calisto, os Presidentes de Ponta Delgada e Ribeira Grande felicitando-os por fazerem parte da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, cumprimentou todos os autarcas e

participantes no VII Fórum da Rede.

Referiu que a expansão deste movimento, que tem por base o lema da Organização Mundial de Saúde: "Saúde para todos no século XXI" reflete uma consciência comum por parte dos decisores políticos e das comunidades e que é necessário dar prioridade ao valor saúde e qualidade de vida nos meios urbanos, assumindo o compromisso de promover a saúde e o desenvolvimento sustentável.

Enalteceu o alcance deste movimento ao envolver os municípios, que é de extrema relevância e pertinência, partindo da clara vantagem das ações locais adaptadas às necessidades efetivas de cada comunidade. A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis deve, pois, ser valorizada e difundida, porque ninguém melhor do que o poder local para conhecer a realidade comunitária e responder de forma ajustada à realidade dos problemas e potencialidades de cada território.

Mencionou que o governo dos Açores está disponível para colaborar neste desígnio de promoção da saúde e da preservação do ambiente urbano, como tem demonstrado ao estabelecer parcerias com diversas entidades que zelam pelo bem-estar comum (como são exemplos: o Núcleo Regional da Liga Contra o Cancro a implementação nas escolas do ensino básico o projeto " Os Super-heróis", com a Ordem dos Psicólogos ao avançar com um programa de prevenção da depressão; com a Ordem dos Farmacêuticos no âmbito de um projeto de promoção e educação para a Saúde nas escolas e ainda com 40 outras instituições regionais ao criar o Fórum Álcool e Saúde).

Referiu que a autonomia administrativa e política da região autónoma permitiu que as diferentes políticas, inclusivamente as da saúde funcionassem em rede e portanto articulando com cada um dos municípios o desenvolvimento das políticas aos diferentes níveis e nomeadamente ao da saúde. A autonomia permitiu que existisse um programa de Saúde Oral, extensível a todos os Centros de Saúde, onde há presencialmente um médico dentista, um programa oral (dos zero aos dezoito anos) gratuito, no Serviço Público, para toda a população nesta faixa etária, incluindo também alguma população de risco.

Salientou o facto de todos os centros de saúde da região, terem nutricionistas bem como psicólogos, o que permite fazer um trabalho muito próximo da comunidade.

Destacou o papel do programa de saúde escolar que está implementado em todas as escolas da região, numa articulação com as escolas e com os centros de saúde e em muitas circunstâncias com os municípios.

Esta autonomia administrativa facilita a implementação de algumas políticas consubstanciadas num território descontínuo, obrigando a existência de parcerias com Redes implementadas em torno da população.

Referiu que o mar que separa o arquipélago do continente também os une em realidades como o aumento da esperança média de vida, os índices de obesidade ou doenças crónicas não transmissíveis. Todas essas realidades obrigam a estratégias de médio e longo prazo, investindo numa mudança que é essencialmente cultural, assente em hábitos de vida saudáveis que incluem o exercício físico e a alimentação saudável.

Relembrou que as políticas de saúde não são definitivas, uma vez que se regeneram e se adaptam ao ritmo das mudanças sociais. As preocupações e objetivos estratégicos em prol das cidades cada vez mais saudáveis do continente são em tudo semelhantes aos do governo dos Açores.

Referiu que estão apostados numa visão intersectorial transversal ao ciclo de vida dos Açorianos envolvendo os diferentes departamentos do governo e parceiros como a Associação dos Municípios da Região Autónoma dos Açores e obviamente com cada um dos seus 19 municípios.

Um exemplo: a estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social é o espelho disso mesmo, destacando-se a atividade física dos idosos, através da implementação de ações em articulação entre o governo e as autarquias locais e também o incremento da literacia em saúde junto da população idosa.

Esta estratégia que tem um horizonte de 10 anos é consubstanciada em planos bianuais. O 1.º plano de 2018/2019 é composto por três ações para concretizar com vários parceiros que serão suportadas num protocolo com a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

No âmbito da alimentação e da prevenção dos comportamentos de risco estão a implementar o Programa Regional para a Alimentação Saudável, o programa “Prevenir em Família e na Comunidade” e ainda programas direcionados para a prevenção dos consumos de álcool e tabaco.

O Governo tem vindo a reforçar uma série de ações e medidas de modo a contribuir para uma região e cidades cada vez mais saudáveis, seja na vertente individual ou na coletiva, porque só assim será possível garantir meios urbanos equilibrados e sustentáveis nas suas variadas vertentes. Os ganhos em saúde alcançam-se com políticas responsáveis e sustentadas na cooperação e compromisso de todos. Contamos com os municípios para melhorar a saúde da população e elevar os níveis de qualidade de vida.

Sessão Plenária: Governação Para a Saúde



A Sessão Plenária da manhã foi moderada por **Ricardo Oliveira, Vereador da Educação e Saúde da Câmara Municipal de Setúbal e membro do Conselho de Administração da RPMS**, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes.

Para introduzir este painel refere que devemos olhar para as políticas municipais e para os seus impactos em saúde. O tema da Governação, o “como”, o “quê” e como fazer”, são aspetos centrais deste desafio com que todos estão comprometidos.

Neste painel foi possível discutir as diversas dimensões da Governação em Saúde, bem como os seus contributos para Governação Local. Foi dado a conhecer a dimensão europeia, regional e local.

Esta sessão começou com uma intervenção (em vídeo) do Ponto Focal da Rede Europeia das Cidades Saudáveis do Gabinete Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, **Dr.ª Monika Kosinska**.

Começou por referir que o apoio e compromisso contínuo para com as Cidades Saudáveis é muito importante para a Rede Europeia, uma vez que se está a preparar o início da VII Fase, para janeiro de 2019.

Mencionou que há bem pouco tempo, em Belfast, no Reino Unido, a Rede Europeia adotou a Declaração de Belfast para as Cidades Saudáveis, que define a operacionalização da próxima fase de trabalhos. A operacionalização elenca no Consenso de Políticos de Copenhaga, adotado em fevereiro de 2018. Este Consenso delinea uma agenda muito ambiciosa para a Rede Europeia e um compromisso político ambicioso para a próxima fase.

Este Consenso define seis áreas de trabalho, nomeadamente:

1. **Pessoas:** que se encontram no centro de todo o trabalho que realizamos em conjunto.
2. **Espaços/Lugares:** Os lugares das nossas cidades e municípios determinam os ganhos para as pessoas que neles vivem.
3. **Participação:** A participação de todas as pessoas das nossas cidades e municípios é essencial para a sua saúde e bem-estar.
4. **Prosperidade:** desenvolver a prosperidade da comunidade de uma forma que consideramos trazer sucesso para as nossas cidades e municípios.
5. **Planeta:** O contributo para a agenda do desenvolvimento sustentável é fundamental para o sucesso dos nossos objetivos;
6. **Paz:** Comunidades seguras, justas e pacíficas dentro das nossas cidades serão cruciais para o nosso futuro.

Esta agenda política é ambiciosa e a operacionalização presente na Declaração de Belfast, providencia uma estrutura muito potente e forte para o nosso trabalho futuro a Dr.^a Monika Kosinka apelou à RPMS para se juntar a esta causa: "Contamos convosco, a nível local, para nos ajudarem a tornar isto uma realidade".

Terminou agradecendo à cidade de Lisboa e à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis por concordarem receber a reunião anual de Coordenadores de Redes Nacionais no próximo ano. Referiu que se trata de um encontro muito importante que irá reunir muitas das Redes Nacionais da Região Europeia, tanto a nível político como a nível de coordenação técnica.

De seguida tomou a palavra a **Dr.ª Rosa Reis Marques, Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro**, que agradeceu, em nome da Sr.ª Secretária de Estado da Saúde, o convite e saudou a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis pela excelente iniciativa.

Iniciou a sua intervenção: “Governança para a Saúde: o Suporte Nacional à Governança local”, recorrendo à metáfora de uma cascata. A cascata no fundo começa com a Direção Geral de Saúde através do Plano Nacional de Saúde 2012/2016, que foi revisto e estendido a 2020, passando pelos Planos Regionais de Saúde, das Regiões Autónomas e das Regiões Continentais e dos Planos Locais de Saúde já de nível de grupo de serviços locais.

A Governança em Saúde assentaria em três palavras-chave: **Organização; Responsabilização; Informação.**

A **Organização** dos serviços e unidades prestadoras de cuidados de saúde visando cuidados seguros e de qualidade.

A **Responsabilização** dos diversos atores do sistema de saúde, começando pelo utente que é o ator mais importante, sem esquecer os atores institucionais.

O objetivo consiste, não só na melhoria da qualidade de segurança clínica em saúde, mas também em promover uma gestão eficiente dos recursos.

Quanto aos **Pressupostos da Governança em Saúde**, existe a Multissetorialidade na abordagem dos problemas, a integração do processo de governança, o envolvimento do cidadão, a prestação de contas e, naturalmente, informação que permite uma decisão baseada nas evidências. Em suma, pretende otimizar ganhos em saúde, otimizando a alocação dos recursos.

Referiu os Perfis de Saúde como instrumento poderoso facultado pelos serviços de saúde pública que representam um verdadeiro retrato de saúde das populações.

Em 2018, o Ministério da Saúde, elaborou o Perfil de Saúde em Portugal com a colaboração de todas as estruturas centrais e regionais de saúde do país desenhando o retrato presente da nossa população, as perspetivas futuras contra a sua saúde e os desafios e oportunidades. Referiu a título de exemplo que o Perfil de Saúde da Região Centro é constantemente atualizado (www.arscentromin.saude.pt).

O Perfil de Saúde seja Nacional, Regional ou Local responde a quatro questões:

- 1- Quem somos?;
- 2- Como vivemos?;
- 3- Que escolhas fazemos?;
- 4- Que saúde temos?

Respeitam as dimensões: demografia, socioeconómica, estilos de vida e indicadores de saúde.

Só se pode intervir sobre populações se houver um conhecimento daquilo que causa a sua doença e daquilo que promove a sua saúde.

As autarquias são agentes primordiais de promoção da saúde pelo conhecimento que têm da realidade local e por disporem dos meios necessários para melhorar a qualidade de vida das suas populações.

A preleitora refere a intervenção pioneira da Administração Regional de Saúde do Centro, da qual é presidente, em projetos na área da Saúde Pública de reconhecimento nacional e internacional.

O departamento de Saúde Pública em cooperação com as autoridades de saúde locais, municípios, escolas e instituições, tem vindo a desenvolver desde 2017 projetos importantes, nomeadamente para a redução do sal e do açúcar na alimentação.

Estas intervenções, baseadas em evidências e traduzidas em ação, foram inclusivamente o ponto de partida para a aprovação de legislação em Portugal, como é o exemplo da redução de sal no pão.

Refere, ainda, projetos regionais que passam pela promoção da atividade física e da alimentação saudável: projeto “Cres(SER) Cá fora” destinado aos mais pequenos, visa promover a saúde mental infantil através da atividade física ao ar livre; o projeto “Saltar à Corda”, em fase de implementação, que estimula os jogos tradicionais e a atividade física nas escolas; a “Escola de Verão”, projeto em curso que alia a atividade física à alimentação através da aprendizagem lúdica dos alimentos e a sua confeção.

Estes projetos têm por foco intervenção na saúde, atuando sobre os determinantes sociais da saúde, prevenindo a exposição aos riscos. A alimentação é um dos mais importantes determinantes da saúde, quase 30% dos portugueses sofre de obesidade e cerca de 36% são hipertensos. Neste sentido a estratégia da ARS Centro baseia-se em intervir sobre determinados alimentos muito consumidos como o sal e o açúcar em excesso, com o intuito de promover uma Região Centro saudável, à semelhança do resto do país, através da prática de hábitos de vida saudáveis, geradores de comunidades saudáveis.

Comunidades saudáveis são o resultado de cidadãos alfabetizados em saúde, sendo esta a visão estratégica em literacia e em saúde nas diferentes ARS a nível nacional.

A título de exemplo refere a estratégia Regional de Saúde para a Atividade Física, denominada “Move Up”, que teve início em 2015 na área dos cuidados primários, envolvendo as autarquias tendo como primeiro objetivo, não só capacitar os profissionais, mas também sensibilizar os parceiros locais. A Faculdade de Desporto de Coimbra é um dos parceiros deste projeto regional que inclui o fornecimento dos equipamentos para unidades selecionadas de cuidados de saúde e também para as crianças em idade escolar.

A Administração Regional de Saúde tem deferido estratégias conjuntas com os diferentes atores sociais, tanto as empresas como os municípios, sendo estes os parceiros ideais para desenvolverem estas políticas, pretendendo-se com estas parcerias:

- Melhorar os indicadores de saúde da Região Centro, nomeadamente nas doenças crónicas não transmissíveis;
- Diminuir o sofrimento físico das pessoas;
- Diminuir a fadiga e desgaste para os cuidadores por forma a que estes se sintam integrados e apoiados;
- Diminuir a taxa de ocupação de camas hospitalares sobretudo na doença crónica das pessoas da terceira idade, para não as expor a riscos de infeção;
- Melhorar a utilização de recursos da saúde.

Concluiu a sua intervenção reforçando o papel das parcerias comunitárias na aplicação das estratégias de saúde, possibilitando a participação das comunidades e

dos cidadãos como agentes de saúde, assegurando os resultados pretendidos. (Anexo 3)

De seguida teve a palavra a **Dr.ª Mirieme Ferreira**, Coordenadora Técnica da Associação de Municípios Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, com a comunicação **“Estratégias Integradas 20 Anos pela Saúde”**

Iniciou a sua comunicação fazendo referência ao trabalho conjunto ao nível da promoção da saúde. Este trabalho é possível através de estratégias integradas a nível europeu, nacional, regional e local. Evocou a partilha de trabalho realizado como mote de discussão neste painel.

Apresenta a RPMS como uma plataforma de trabalho conjunto em que todos os municípios representam uma mais-valia no trabalho da promoção da saúde. Fez referência ao percurso da Rede desde o seu nascimento, há 21 anos, fruto do movimento Europeu de Cidades Saudáveis da OMS, contribuindo e apoiando na resposta aos desafios diários de Saúde Pública colocados aos municípios com o intuito de elevar cada vez mais a saúde e a qualidade de vida dos que residem nos seus territórios.

Sintetizou ainda a intervenção da RPMS a nível europeu: integrou a Rede Europeia na III fase que decorreu de 1998 até 2002; em 2001 apresentou, com sucesso, o seu processo de candidatura à chamada Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da Europa iniciando, a partir desse momento, o seu trabalho com a OMS.

A preleitora faz uma pequena retrospectiva dos principais temas que têm sido abordados nas diferentes fases da Rede Europeia. Reforça que em cada fase existem um conjunto de temas centrais que na sua implementação poderão ser trabalhados por cada município, ajustando-se às suas realidades e procurando soluções mais adequadas para responder eficazmente às necessidades das populações.

A VII fase, que se inicia no próximo ano, volta a colocar a tónica na questão das iniquidades em saúde, procurando soluções que visam reduzir estas desigualdades naquilo que são os eixos centrais de uma intervenção estruturada e consertada: Pessoas, Lugar, Participação, Prosperidade, Paz e Planeta.

Recorda que é critério fundamental para um município saudável o compromisso político bem como todo o trabalho técnico de suporte à operacionalização e dinamização das políticas locais para a promoção da saúde. Este trabalho técnico permite-nos criar instrumentos (Perfil de Saúde, Plano de Desenvolvimento em Saúde) de suporte à decisão política pelo impacto que têm num maior conhecimento de cada território. Com base neste compromisso político apresenta os 55 municípios-membro da Rede, salientando o forte crescimento e o ganho de todos os municípios pela partilha de boas práticas e aprendizagens conjuntas.

O trabalho desenvolvido ao nível dos municípios está integrado nas estratégias do Plano Nacional de Saúde, para o qual também a Rede tem contribuído com o seu conhecimento e com a realidade dos municípios. A RPMS subscreveu o protocolo de colaboração no âmbito do “ Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados”, participa no Fórum Álcool e Saúde, no “Programa Nacional para a Alimentação Saudável” e no “Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física”, pretendendo ter a saúde em todas as políticas.

A Saúde é uma matéria transversal aos vários determinantes e portanto esse é o foco que se procura materializar através de Declarações assumidas em conjunto com metas e compromissos na transversalidade dos determinantes de saúde, nomeadamente a **Declaração do Montijo** sob a temática “ **A Crise e as Desigualdades em Saúde**”, a **Declaração de Setúbal “Compromisso Para 10 Metas e Desafios na Promoção da Saúde”** e a **Declaração de Lagoa** sobre a temática da “**Governança Local Para Saúde**”(assinada no decorrer do Fórum).

Os resultados do trabalho da Rede são vivenciados em cada município e compilados na publicação “2º Anos em Rede: Boas práticas dos municípios saudáveis”, com mais de 500 projetos de promoção de saúde e da qualidade de vida, desenvolvidos nos 55 Municípios Saudáveis, que atestam o sucesso desta intervenção e o seu impacto positivo na vida das comunidades cada vez mais saudáveis, com melhorias significativas nos indicadores de saúde e no aumento da esperança média de vida.

Atualmente o grande desafio que se coloca é aquele que se refere à VII Fase da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, que no plano europeu sistematiza a visão para o futuro do Movimento das Cidades Saudáveis da

OMS alinhado com a agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas.

Os eixos de intervenção correspondem ao compromisso na promoção da saúde e do bem-estar, através da governação, capacitação e participação, criando espaços urbanos para a equidade e prosperidade da comunidade, investindo nas pessoas e, desta forma, contribuindo para a construção da Paz nos Territórios e, conseqüentemente, no Planeta.

Ressalva que a saúde e o bem-estar estão no centro da visão de trabalho da Rede, dando prioridade aos grupos desfavorecidos, contribuindo para reduzir as desigualdades em Saúde, elevando o patamar de saúde destas pessoas, tratando de forma equitativa e promovendo a coesão social e a equidade no acesso à saúde. (Anexo 4)

A sessão terminou com a comunicação apresentada pelo **Dr. Bernardo Fernandes, da Câmara Municipal de Lagoa-Açores.**

Iniciou a sua comunicação mencionando que foram elaborados para efeitos desta apresentação um pequeno conjunto de indicadores, das distintas áreas, que no seu conjunto permitem enquadrar de forma breve o contexto lagoense. Referiu que, simultaneamente, foram introduzidos alguns projetos municipais e de cooperação, como pequenas políticas de promoção e ganhos em saúde.

Refere que o Concelho de Lagoa (Açores), com uma população de 14.700 hab tem uma densidade populacional de 323 hab./km², superior à da Ilha São Miguel (185,6 hab./km²) e à do concelho de Ponta Delgada (293,5 hab./km²). Das suas cinco freguesias destacam-se Nossa Senhora do Rosário e Santa Cruz, que integram a cidade de Lagoa. Apresenta 18,5% de indivíduos até aos 14 anos de idade, valor superior aos de Portugal e da Região Autónoma dos Açores (RAA), e 11,4% com 65 anos ou mais, uma percentagem quase metade da de Portugal. Lagoa tem uma taxa de natalidade mais elevada e uma população menos envelhecida do que a RAA e o País, tanto no topo como na base da pirâmide etária, o que abre outras possibilidades para trabalhar na questão da prevenção em saúde.

A população dos 0-24 está a diminuir, mas aumentam os indivíduos com mais de 25 anos. O índice de fecundidade (1,32) não é suficiente para repor as gerações, mas a

população em idade ativa e fértil não está a diminuir. O índice de envelhecimento (62 idosos por 100 jovens) mostra que a população não está muito envelhecida, o que é corroborado pelos índices de dependência dos jovens (26 em cada 100 ativos) e dos idosos (16 em cada 100 ativos).

Os ganhos médios mensais são inferiores aos do país e essa diferença acentua-se do setor primário (-45€) para o secundário (-176€) e terciário (-280€). Por sua vez, o poder de compra *per capita* é inferior em 15% ao da RAA e em 30% ao do País. Em linha com estes valores, a % de população que recebe o Rendimento Social de Inserção (15%) é superior à do país (12%); já a que auferia pensão da segurança social é inferior, porque a população é menos envelhecida.

As taxas brutas de mortalidade são inferiores às do país e da RAA, refletindo a pirâmide etária; as doenças do aparelho circulatório são as mais representadas, em regra com valores acima dos 30% (e acima da média nacional) seguindo-se as doenças do trato respiratório. De notar que a diabetes apresenta uma % muito superior (7,9%) à do país (3,9%). A taxa de mortalidade infantil também é superior, bem como o número de nascimentos em mulheres em idade de risco (0-19 anos). Por sua vez, o nº de habitantes por médico e por farmacêutico é muito superior, refletindo uma situação de desigualdade no acesso a estes serviços. As taxas de mortalidade padronizadas na RAA revelam ligeiras melhorias entre 2011-13 e 2013-15, mas os seus valores, para as doenças analisadas, são superiores aos valores do país. Em Lagoa não é expectável que estes valores sejam mais favoráveis.

O rácio de 4m² de ADU (área desportiva útil) /Hab. é utilizado na Europa como padrão para o desenvolvimento das redes desportivas. Em Portugal, a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e o Instituto Português do Desporto e Juventude também adotam este referencial. No entanto, este não pode ser interpretado de forma linear, já que a existência de equipamentos não é condição suficiente para a prática desportiva. É também necessário dinamizar, sensibilizar e motivar a população. Aí entra a papel, entre outros, da autarquia, das associações desportivas e das escolas.

O maior número de praticantes está entre os 8 e os 14 anos e após a maioridade, tal como acontece a nível nacional. Assim, a preocupação com a promoção de hábitos de vida saudáveis deva acontecer em todas as faixas etárias. Em particular deve ser

definida uma estratégia para a prática de exercício nos últimos anos da escolaridade obrigatória e no ensino universitário, fazendo a ponte entre a consolidação da prática desportiva em tempo escolar com a idade adulta. O município também tem promovido a prática de modalidades em contacto com a natureza (na rua, na montanha e no mar), adaptando instalações e serviços para práticas gratuitas na tentativa de promover “hábitos de vida saudáveis”. O objetivo é desenvolver medidas de prevenção, usando o desporto como ferramenta desbloqueadora, ou seja, melhorar a saúde através da prática desportiva gratuita, acessível a todos e intergeracional.

O município de Lagoa tem assumido um papel ativo na promoção da atividade física, através da dinamização de diversos projetos e atividades, da criação de condições e facilidades no território, de investimentos de apoio à prática desportiva em contexto escolar e do investimento na adoção de estilos de vida saudáveis e combate ao sedentarismo.

Lagoa (Açores) conta com um trilho urbano, trilhos de montanha e a Rota da Água que ligam atualmente três freguesias, e está em concurso público a construção de uma ciclovia. O objetivo é criar ambientes ativos e de promoção de mobilidade para obter ganhos em saúde.

Assinatura da “Declaração de Lagoa Governação Local Para a Saúde”



Depois da sessão plenária decorreu a assinatura da “**Declaração de Lagoa-Açores – Governação Local Para a Saúde**”. A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Cristina Calisto, fez a leitura da declaração e referiu que se trata de um ato com muito simbolismo para a RPMS na medida em que constitui o reafirmar do compromisso político pela saúde. Neste contexto, solicitou ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, Joaquim Cardador dos Santos, para a coadjuvar na assinatura desta declaração, solicitando a presenças de todos os Presidentes e Vereadores desta Associação de Municípios. (Anexo 5)

Mesa Redonda: “Saúde em Todas as Políticas”



A mesa redonda “**Saúde em Todas as Políticas**” foi moderada pela jornalista **Magda Neto da RTP Açores**, que iniciou a sua intervenção agradecendo o convite que lhe foi dirigido. Refere que para a equipa do “Consulta Externa”, o único programa de informação especializada em edição na RTP Açores e que visa levar informação sobre saúde a toda a população dos Açores, é o reconhecimento pelo trabalho realizado.

Felicitou a Rede Portuguesa Municípios Saudáveis por ter escolhido os Açores para este VII Fórum e apresentou a mesa: Tânia Fonseca Vice-Presidente da Câmara da Ribeira Grande, Dr. José Dias Pereira, Presidente da Assembleia Municipal da Lagoa e Dr.^a Margarida Pais, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deu a palavra à **Dr.^a Margarida Pais** que agradeceu em nome da Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Rede de Municípios Saudáveis e também ao município da Lagoa pelo convite e cumprimentou os colegas de mesa.

Apresentou algumas imagens das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, considerando importante a partilha de políticas para a saúde que cada município desenvolve localmente. Selecionou como exemplo a criação de sete equipas de Futsal com os funcionários da Câmara e o desenvolvimento de ações de sensibilização, de promoção da saúde em várias áreas.

Deu conta da dificuldade em coordenar de forma integrada os diferentes serviços e instituições da comunidade em atividades que visam o mesmo propósito, como é exemplo a promoção da saúde escolar.

Referiu que a Câmara Municipal de Ponta Delgada tem o “PDLSaúde”, que funciona como instrumento orientador para todas as instituições que desenvolvem as suas ações na área da saúde.

Tem existido um grande investimento na promoção da saúde da população sénior, nomeadamente na promoção do exercício físico, que tem sido implementado nas 24 freguesias. Paralelamente têm investido noutras valências como o “Cuidados ao Domicílio” dando um maior apoio às famílias cuidadoras.

Existe também uma Rede de ATLS que desenvolve em parceria com a autarquia uma série de atividades de promoção da saúde para as crianças.

Apresentou o exemplo de dois projetos “As Brigadas da Água”, campanhas de sensibilização para o consumo da água em substituição dos sumos, sendo que as escolas que apresentarem os melhores resultados são premiadas; as “Estações Portáteis”, que têm como objetivo colocar estações portáteis de água nos espaços públicos, festivais de verão e festas, para sensibilizar os jovens, a optarem pela água, em vez do consumo de cerveja ou outras bebidas alcoólicas.

Na promoção da atividade física para a população em geral foram criados trilhos e, todos os fins-de-semana, existe uma grande adesão. A ciclovía também é outra forma de as pessoas praticarem atividade física. O parque urbano, outro espaço criado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, também veio proporcionar a prática e atividade física. (Anexo 6)

De seguida tomou a palavra o **Dr. José Dias Pereira, Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite.

Referiu que desde 2009, em Lagoa, tem havido um incremento muito grande desde 2009, na implementação de estratégias e medidas para a saúde, visando as escolas, a população idosa, o desporto, os trilhos e todas as indicações que já tinham sido mencionadas anteriormente. Considerou que, baseando-se na sua experiência de 30 anos na carreira médica, o Sistema Nacional de Saúde não tem investido convenientemente na promoção da saúde.

Portugal tem um passado histórico muito pesado no apoio à doença e à saúde e quando Arnaut criou o Serviço Nacional de Saúde, centrou-o em dois grandes pilares: os Centros de Saúde e a Medicina Diferenciada. Mais recentemente foi complementado com a Rede de Cuidados Continuados permitindo que nos Centros de Saúde espalhados por todo o país, existiam sobretudo dois tipos de especialistas: os médicos de medicina geral e familiar e os médicos de saúde pública, que são a porta de entrada no sistema e posteriormente seriam canalizados para os hospitais onde fariam estudos e tratamentos diferenciados.

Mas a falta de verbas para a saúde inviabiliza a qualidade dos cuidados prestados e o acesso dos cidadãos à saúde, quando comparado com a Europa, Portugal tem os piores índices de saúde, continuando com taxas elevadas de hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e consumo de drogas.

É necessário questionar o Sistema Nacional de Saúde sobre a sua atuação sobre esta realidade, porque esta situação tem repercussões a longo prazo.

Referiu um estudo efetuado nas escolas de Lagoa e Ponta Delgada, onde se concluiu que o início do consumo de tabaco começa por volta dos 13, 15 anos, o que significa que as estatísticas do tabaco estão viciadas, podendo verificar-se descidas ao invés de subidas drásticas destes valores, com todos os problemas que daí advêm.

O investimento financeiro no tratamento das doenças provocadas pelo tabaco é bastante superior ao que se recebe dos impostos das tabaqueiras, pelo que a implementação dos projetos de prevenção do tabagismo e promoção da saúde preconizados pela RPMS representam um passo gigantesco para mudar este cenário.

Considera fundamental a implementação da saúde em todas as políticas e em todos os Ministérios. Isto iria gerar comunidades mais saudáveis e conseqüentemente uma redução significativa dos gastos em cuidados de saúde.

A RPMS tem tido um papel absolutamente nobre na promoção da participação da sociedade civil, um aspeto fundamental na promoção da saúde das comunidades. O desenvolvimento dos projetos da RPMS aumenta em grande medida a literacia em saúde que deve ser promovida nas escolas, em casa com as famílias e no ambiente laboral. Tem de existir consonância entre o que as crianças aprendem na escola, nomeadamente sobre a roda dos alimentos e os alimentos que os pais levam para casa.

Atualmente observa-se, especialmente nas populações mais jovens, a prática de exercício físico nos espaços públicos e isto é fruto do investimento das autarquias. Contudo este esforço não é espelhado nos resultados esperados pela OMS nesta matéria.

Os países já se aperceberam há muito tempo que os sistemas de saúde não funcionam, porque estão virados exclusivamente para o tratamento. Os principais problemas mundiais dos serviços de saúde, são efetivamente as infraestruturas, as tecnologias, os problemas com as pessoas. Em Portugal existem dois aspetos muito pesado: o peso das doenças crónicas e o peso do envelhecimento.

Nada disto tem uma resposta cabal por parte do Ministério, mas quanto mais cedo se iniciar a promoção da saúde individual, melhores resultados se obtêm a longo prazo.

A sessão terminou com a intervenção de **Tânia Fonseca, Vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite que lhe foi dirigido.

Referiu que quando assumiu o cargo de vereadora constatou que muito havia a fazer na área da saúde pública e da promoção da saúde. Constatou, ainda, que não existia medicina ocupacional para os trabalhadores da Câmara e que metade da população não era abrangida por médico de família.

Estabeleceu como prioridade a medicina ocupacional, fazendo com que a saúde de todos os trabalhadores fosse avaliada num espaço de tempo recorde, e que a partir desse momento os trabalhadores com mais de 50 anos fossem avaliados todos os anos e os com menos de 50 anos de dois em dois anos. Tem como objetivo integrar um psicólogo na equipa da saúde ocupacional.

Acredita que devido à intervenção da autarquia dentro de pouco tempo quase 100% dos municípios terão médico de família.

Referiu que o concelho de Ribeira Grande é o que tem a população mais jovem do país e isso deve-se em parte à Vila de Rabo de Peixe, onde a taxa de natalidade é muito elevada. Esta realidade é um pouco agriçoce pois neste local as pessoas vivem com muitas dificuldades e problemas de saúde relacionados com comportamentos aditivos (consumo de tabaco, consumo de álcool, de todo o tipo de drogas) e com estilos de vida muito pouco saudáveis, com uma taxa de abandono escolar elevada e precoce. Foi necessário criar medidas para contrariar esta realidade.

Quanto aos idosos foram desenvolvidas ações para promover a atividade física mas que também são pensadas para promover a saúde mental, como por exemplo as aulas de hidroginástica, o encontro intergeracional e o baile de Carnaval entre outras. Referiu que foram implementadas medidas para promover o exercício físico nas classes mais os jovens, especialmente aqueles que vivem nas freguesias mais distantes, inauguraram-se vários pavilhões, desportivos, vários parques de lazer e consta no orçamento aprovado para o próximo ano, uma série de infraestruturas que vão complementar esta ação.

No que respeita às escolas do ensino Básico do 1º ciclo, no último ano desenvolveu-se, em parceria com a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel e com o Centro de Saúde de Ribeira Grande, um projeto piloto nos Açores, que consiste na avaliação da saúde oral de todas as crianças, incluindo o pré-escolar, com três anos de idade.

Após as comunicações dos preletores decorreram algumas intervenções por parte da plateia, nomeadamente:

Nuno Veludo (assessor do Vereador Manuel Grilo do Município de Lisboa, membro do Conselho de Administração) começou por referir que, no período da manhã, foi

assinada a Declaração de Lagoa, orientada para a defesa do Sistema Nacional de Saúde. Reflete que o SNS tem as suas falhas e as suas virtudes.

A título de exemplo, refere uma melhoria dos indicadores na informação aos doentes e prevenção de doenças; os bons resultados no acesso à terapêutica contra o cancro; a diminuição da mortalidade infantil; a pontuação máxima nos indicadores da Eurohealth Consumer Index, sobre a Diabetes, doentes diabéticos diagnosticados e controlados da OCDE; a diminuição das doenças cardiovasculares; o programa nacional da atividade física que contribui para combater o aumento da diabetes e da obesidade; a luta contra o sal e a luta contra o açúcar em que a RPMS tem desempenhado um papel importante na articulação como os municípios para este feito.

Portanto, existem uma série de indicadores que fazem com que Portugal se situe em 14º lugar em 33 países ao Sistema Nacional de Saúde e é também o 4.º país com menor número de fumadores devido às políticas de Saúde Pública que têm sido implementadas.

Salienta ainda que em Belfast, Portugal foi elogiado por ser o único e 1.º país a inverter a taxa de obesidade infantil, o que quer dizer que os municípios em conjunto com o Estado Central têm intervindo corretamente.

No que respeita em concreto ao município de Lisboa, este tem uma colaboração estreita nos Planos Locais de Saúde, dos Agrupamentos de Centros de Saúde. O Plano de Saúde Municipal é articulado muito de perto com a DGS, com a Secretaria de Estado e com a ARS Lisboa Vale do Tejo.

Quanto à literacia em saúde considera que é um tema central para os municípios, um dos papéis chave na intervenção dos municípios na forma como disponibilizam a informação em saúde à comunidade.

Joaquim Cardador dos Santos (Presidente do Conselho de Administração da RPMS e da Câmara Municipal do Seixal) referiu que está em sintonia com o que foi dito anteriormente relativamente àquilo que é necessário fazer para prevenir a doença.

No lançamento do “Global Action Plan for Physical Activity”, que aconteceu em Lisboa na Cidade do Futebol (em conjunto com o Ministério da Educação e Ministério da

Saúde, e que contou com a presença do Sr. Primeiro-Ministro), no painel que participou enquanto Presidente da RPMS, teve a oportunidade de chamar à atenção para o facto de os municípios poderem fazer mais do que fazem e que existe uma enorme força dos municípios. Explicando que estes têm, não só os seus técnicos e os seus equipamentos, mas também um conjunto de parcerias com coletividades, com as escolas e com instituições que podem ser colocadas ao serviço da saúde.

Reflete que esta Associação de Municípios é constituída por Municípios voluntários que debatem as questões da promoção da saúde, mas que também têm as suas limitações porque são representados por autarcas e por técnicos dos Municípios que não são propriamente especialistas nestas áreas.

Considera assim que deveria existir um plano nacional, direccionado para esta área, que fosse coordenado pelo Ministério da Saúde, constituído por um corpo técnico, em estreita ligação aos Centros de Saúde onde se apostasse na centralidade do cidadão e seriam os profissionais de saúde a recomendar à prática de estilos de vida saudáveis e atividade física de acordo com a necessidade de cada pessoa. E esta atuação teria ao seu lado a força dos municípios e das suas comunidades.

Por exemplo, no Seixal, na área do Desporto, houve um investimento de 3 milhões e 300 mil euros em recursos humanos, existem atualmente 12 equipamentos, 200 trabalhadores, 45 projetos na área do Desporto em parceria com 50 coletividades. Existem, promovidos por esta autarquia, muitos projetos de promoção de atividade física nas escolas do concelho.

Contudo, este trabalho e esta força poderia ser maximizada se fosse corretamente orientada e integrada numa política global.

Ricardo Oliveira (Vereador da Câmara Municipal de Setúbal e membro do Conselho de Administração da RPMS) começou por referir que na maioria das vezes quando se fala em saúde, fala-se apenas do setor da saúde e esquece-se um conjunto de outras áreas e de vertentes da intervenção que estão relacionadas com a promoção da saúde.

Refletiu sobre alguns exemplos daquilo que é feito nos municípios para promover a saúde das populações, nomeadamente, a construção de passeios nas cidades que

diminuem a dimensão da estrada para dar lugar a mais passeio e maior mobilidade às pessoas; a criação de programas e projetos de convívio ou relações de vizinhança e apoio os cuidadores informais. Desta forma também se promove a saúde das populações.

O orçamento está sempre muito subavaliado porque estas ações não entram como despesa na área da saúde. As ações de promoção da saúde não são avaliadas, considerando que se deveria corrigir esta realidade.

Deu conta do trabalho de parceria do município de Setúbal, caracterizando as relações de articulação entre o município e as instituições do território que intervêm na promoção da saúde.

Referiu como exemplo os seguintes projetos municipais de promoção da saúde:

- Conjunto de rede de ciclovias;
- Conjunto de espaços verdes;
- Construção de uma estação Intermodal de transportes públicos, que liga o transporte rodoviário, com o transporte ferroviário, com ciclovias e com as vias pedonais.

A visão de saúde deve ser olhada de forma abrangente e holística para que a promoção da saúde seja mais efetiva, uma vez que o bem-estar em saúde está intimamente relacionado com o bem-estar social, com a educação e com o desporto.

Sofia Bernardes médica de Saúde Pública, da Unidade de Saúde Pública da Ilha de S. Miguel, levantou algumas questões relativas à articulação da Ilha e esta Unidade numa prestativa de se potencializar o trabalho conjunto e a afetação de recursos.

Desta intervenção resultou o agendamento de reuniões entre a Unidade de Saúde Pública e os municípios de S. Miguel.

Sessão de Encerramento



A Sessão de Encerramento contou com a presença da **Sr.^a Vereadora Carlota Borges**, em representação da **Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis** e da **Sr.^a Vereadora Albertina Oliveira**, em representação do **Município de Lagoa-Açores**.

A **Sr.^a Vereadora Carlota Borges** agradeceu e cumprimentou todos os presentes, deixando um cumprimento muito especial do Sr. Presidente da Assembleia

Intermunicipal da RPMS. Referenciou o interesse e a qualidade do Fórum, as excelentes comunicações apresentadas bem como a organização irrepreensível e o afetuoso acolhimento do município de Lagoa -Açores.

Felicitou a organização do Evento, na pessoa das técnicas da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, ressaltando que se trata de um evento com um plano muito bem executado, com temáticas muito bem definidas tendo em conta os desafios nacionais e também internacionais que, a curto e médio prazo, todos terão pela frente.

Em jeito de balanço realçou a importância da Assembleia Intermunicipal do dia anterior, quer pela adesão dos novos membros, 55 é um número de que se deve ter orgulho, e na verdade se cada um destes 55 membros conseguir mobilizar pelo menos mais um a aderir, dentro de pouco tempo a RPMS terá mais de 100 municípios associados e esse poderá ser um desafio para todos: desafiar os concelhos vizinhos a fazerem parte desta Rede.

Terminou assinalando a importância da Declaração que os municípios assinaram. Declaração esta que será um documento base usado nos planos estratégicos e políticas locais dos municípios.

Em jeito de despedida, relembra a mensagem que trouxeram da conferência de Belfast que é fazer pessoas, cidades, concelhos ainda mais felizes.

A **Sr.^a Vereadora Albertina Oliveira** agradeceu a presença de todos e referiu que foi uma honra para Lagoa ter acolhido o VII Fórum da RPMS.

Afirmou que, em jeito de balanço, este *Fórum* permitiu, enquanto responsáveis políticos, trocar ideias sobre a atuação e estratégias municipais na área da saúde, despertando para o que está bem, o que se deve melhorar e como se deve agir.

A promoção da saúde deve ser uma prioridade de todos os municípios e não se pode descurar esta área tão primordial para o bem-estar das pessoas.

O Município de Lagoa- Açores, além de acolher este evento, assinou também a "Declaração de Lagoa – Governação Local para a Saúde", que simboliza o

compromisso de fazer mais e melhor em prol da saúde e do bem-estar dos munícipes.
(Anexo 7)